

# COMISSÃO CURRICULAR PERMANENTE NOS CURSOS DE ENGENHARIA

**Luciano Rocha** – [lbr@cefetpr.br](mailto:lbr@cefetpr.br)

Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – Departamento de Eletrônica

Av. Sete de Setembro, 3165

80230-901 - Curitiba – PR

**Vicente Machado Neto** – [vmachado@cefetpr.br](mailto:vmachado@cefetpr.br)

**Resumo:** *Este artigo descreve uma experiência de planejamento e avaliação curricular para os Curso de Engenharia Industrial Elétrica, ênfase Eletrônica/Telecomunicações do CEFET-PR através da criação de uma comissão específica denominada “Comissão Curricular Permanente” – CCP. Esta comissão tem por objetivo elaborar e avaliar continuamente o Projeto Político Pedagógico do Curso. A sua criação foi motivada para atender às exigências das novas diretrizes curriculares para os dos Cursos Superiores de Engenharia. Descreve-se a experiência adquirida com a criação da comissão, sua origem histórica, sua importância para o funcionamento do Curso. Faz-se também uma análise do seu regulamento e enquadramento institucional. Finalmente, apresenta-se uma descrição dos principais assuntos tratados pela comissão até o presente, bem como uma avaliação dos resultados obtidos.*

**Palavras-chave:** *Projeto pedagógico, revisão curricular, diretrizes curriculares da engenharia, comissão curricular permanente*

## 1. INTRODUÇÃO

As novas diretrizes curriculares para os cursos de engenharia motivaram a criação de comissões para elaborar os projetos pedagógicos dos cursos em todo o país. Em fevereiro de 2003 foi designada pela Direção Geral do CEFET-PR uma comissão de professores do Curso de Engenharia Industrial Elétrica – ênfase Eletrônica/ Telecomunicações com a finalidade de desenvolver o Projeto Político-Pedagógico e a revisão curricular do Curso. Os trabalhos realizados por esta comissão resultaram em diversas conseqüências, apresentadas no Projeto Político-Pedagógico do Curso (2003). Dentre estas conseqüências está a criação uma Comissão Curricular Permanente – CCP que trataremos neste artigo.

## 2. TRAJETÓRIA DO PPP

Iniciaremos este artigo fazendo uma descrição sumária do processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Curso – PPP pois consideramos que esta descrição é fundamental para justificar a necessidade de se criar a Comissão Curricular Permanente para o Curso.

A comissão encarregada de elaborar o projeto pedagógico foi constituída por portaria em fevereiro de 2003, com prazo de seis meses para conclusão de seus trabalhos, sendo composta pelo Coordenador e por representantes das áreas de Matemática, Física, Química e

Biologia, Informática, Economia, Administração e representantes das Áreas de conhecimento do Curso. Havia três membros que já haviam sido coordenadores de Curso, e a maior parte dos integrantes da comissão tinha participado de reformas curriculares anteriores.

## **2.1 Um início complicado**

Na sua fase inicial o trabalho da comissão foi difícil e moroso, pois, por questões ideológicas ou culturais demorou-se a integrar ao grupo todos os representantes das áreas básicas do Curso. Quando este fato se efetivou o trabalho da comissão teve que ser reavaliado no sentido de incorporar as visões desses novos elementos ao trabalho do grupo.

As dificuldades para começar os trabalhos eram grandes, apesar de haver experiência de seus membros em reformas curriculares anteriores, não havia consenso sobre como se fazer um projeto pedagógico. As discussões iniciais giravam em torno de questões envolvendo o conteúdo das novas diretrizes, sobre o impacto nas atribuições profissionais do futuro engenheiro.

A comissão procurou inicialmente compreender as exigências apresentadas nas novas diretrizes curriculares. Dúvidas eram apresentadas sobre os novos conceitos pedagógicos, tais como o conceito de competências, e habilidades, ou aspectos de carga horária do Curso, sem que se chegasse a um bom termo ou consenso sobre os mesmos.

Um dos aspectos cruciais discutidos pela comissão relacionava-se às atribuições profissionais do engenheiro. Argumentou-se que a estrutura curricular atual não poderia ser alterada abruptamente sem uma análise do impacto que uma mudança provocaria sobre as atribuições profissionais do engenheiro. Procurou-se, neste momento verificar se havia alguma posição do CREA nesse sentido. Verificou-se que este organismo ainda estava em fase de avaliação à respeito das novas diretrizes.

Na direção contrária a se fazer um projeto pedagógico que gerasse uma revisão muito radical do currículo estava o fato de o currículo estabelecido já se enquadrar dentro de aspectos inovadores quando confrontado com as novas diretrizes. Sua estrutura básica atual estabelecida em 1994, partiu da análise do mercado e busca de perfil do aluno. A estrutura curricular foi preparada para fornecer ao estudante uma base científica adequada nas áreas de matemática, física e computação, ampliada com disciplinas gerais e específicas de engenharia. Disciplinas da área de administração e economia completam a formação do estudante, e visam orientá-lo para o mercado de trabalho dentro de uma visão empreendedora. A grade sofreu revisões recentes para corrigir problemas menores e sua última versão não chegou ainda a entrar em funcionamento pleno. Não se poderia, portanto, pensar em mudanças muito radicais em um curto espaço de tempo.

Tendências em se realizar mudanças na estrutura apareciam, todavia, principalmente em relação à postura crítica e reflexiva e ética, indicadas nas diretrizes em relação ao perfil dos estudantes. A busca por novas posturas fez com que a comissão também buscasse exemplos em outras escolas no Brasil e no exterior, como por exemplo no Relatório final da Conferência de Construção do Futuro da Poli-2015 (2003), da Universidade de São Paulo. Nos EUA, por exemplo, na área de currículo, analisou-se as recomendações curriculares da ABET (2003), por exemplo, e na Europa, as mudanças pretendidas com o Tratado de Bologna.

Os fatores citados são bastante amplos e complexos, fazendo com que a comissão tivesse dificuldade em focalizar a discussão. Além disso, os problemas represados do Curso faziam com que as reuniões se transformassem em verdadeira “válvula de escape” para assuntos dessa ordem.

## **2.2 Dizer a verdade ou mentir**

Vários meses se passaram sem que se conseguisse progredir muito nos trabalhos da comissão. Iniciados os trabalhos em fevereiro de 2003, foi somente no mês de junho que os trabalhos da comissão começaram a tomar forma. A comissão não pretendia apresentar apenas um projeto qualquer, apenas para cumprir às exigências legais, mas apresentar um projeto que ao mesmo tempo mantivesse a qualidade do atual currículo, pudesse incorporar os aspectos inovadores necessários. Mas o tempo ia passando e não se chegava a um consenso sobre a estrutura do projeto a ser adotada.

Depois de muita polêmica sobre o caminho a seguir no projeto, decidiu-se dividir o projeto pedagógico em duas partes: na primeira parte se faria uma descrição do estado atual do Curso, como se estivesse tirando uma fotografia da realidade existente, estabelecendo-se um diagnóstico do Curso; na segunda parte seriam então indicadas perspectivas para o futuro do Curso. A solução, inicialmente vista com relutância, foi assimilada e aceita, pelo grupo. A comissão não teria condições de propor um projeto com elevado grau de inovação em relação ao que existia, mas havia achado um caminho para se alcançar um projeto mais elaborado no futuro.

## **2.3 Uma estratégia afinal**

O projeto foi então dividido em duas partes. Na primeira parte do projeto, ou a fotografia do estado atual, foram incluídos análises sobre os seguintes tópicos:

- 1) Contextualização;
- 2) Projeto educacional da instituição;
- 3) Organização curricular atual;
- 4) Infra-estrutura atual;
- 5) Diagnóstico do Curso;

Na segunda parte são analisadas questões envolvendo o futuro do Curso, compreendendo:

- 6) Perspectivas para o Curso;
- 7) Recomendações da Comissão;
- 8) Metas e objetivos do Curso;
- 9) Conclusões

## **2.4 Conclusões importantes**

O diagnóstico do Curso tornou evidente para a comissão a falta de mecanismos permanentes de planejamento e avaliação do currículo. No caso do Curso de engenharia do qual fazemos parte, depois de estabelecida a primeira grade curricular em 1979, outras revisões geraram grades em 1984, 1994 e 2000. Estas revisões ocorrem geralmente pela persistência de problemas estruturais na grade que não podem ser resolvidos por alterações simples, do tipo inclusão e exclusão de disciplinas, ou alteração de ementas ou conteúdos. A necessidade dessas revisões persiste, e finalmente elas ocorrem como explosões, durante cerca de 1 a 2 anos para chegarem a um resultado final, geralmente na forma de uma nova grade. Estas revisões por sua vez, são realizadas dentro de circunstâncias limitadas, em termos de tempo e de conteúdo, sem o necessário estudo e profundidade, gerando soluções que rapidamente se desatualizam. Emprestando uma analogia da área de controle da Engenharia, o processo de revisão curricular, se assemelha a um sistema de malha fechada, mas a malha se fecha de modo intermitente, a cada 5 a 10 anos.

Assegurar que o currículo se mantenha dentro do planejado também é uma operação difícil. Assim, é possível que ao longo do tempo, ocorram alterações de ementas ou conteúdos, sem que sejam notadas e corrigidas rapidamente.

Citando o projeto pedagógico elaborado pela comissão:

*Assim, na medida em que não existem rotinas sistematizadas e/ou dispositivos previamente estabelecidos para se proceder a avaliação do Curso como um todo, não se tem instituído um padrão de qualidade a ser mantido e nem tão pouco se pode acompanhar a constante evolução do mundo tecnológico. A inexistência de um processo sistemático para avaliar o Currículo implantado torna-se premente, porquanto, sem o mesmo, sequer é possível, com desejável grau de confiabilidade, constatar e/ou prever os problemas que surgem com o desenvolvimento do Curso.*

Conclui-se daí, da necessidade e importância em se ter mecanismos mais adequados e permanentes de planejamento e acompanhamento dos Cursos, no seu aspecto curricular.

Outro aspecto importante que ressaltou do diagnóstico é a falta de uma visão e funcionamento integrado do currículo.

## **2.5 Objetivos e metas para o Curso**

O PPP do Curso manteve a estrutura atual do Curso, mas estabeleceu que se deveria criar um organismo permanente, ou a Comissão Curricular Permanente, para revisar PPP atual e estabelecer mudanças curriculares. Entre os objetivos da CCP, prevê-se no projeto:

- 1) Estudar um novo PPP do Curso, em substituição ao atual;
- 2) Estabelecer uma integração do PPP do Curso com o PPPI, através de ações que levem à uma melhor integração do PPP com o – PPPI – Projeto Político-Pedagógico Institucional;
- 3) Melhorar a operacionalização das Áreas de Conhecimento do Curso;
- 4) Orientar as disciplinas do Curso por competências;
- 5) Criar a figura do professor tutor para orientar a trajetória individual do aluno;
- 6) Redefinir objetivos e metas para o futuro do Curso;

## **3. A COMISSÃO CURRICULAR PERMANENTE**

Nesta seção descreveremos como se criou a CCP, o seu funcionamento e os primeiros assuntos tratados por esta comissão.

### **3.1 Estratégia para oficializar a CCP**

Uma vez concluídos os trabalhos da comissão curricular nomeada por portaria, através do coordenador do Curso, era preciso criar oficialmente a Comissão Curricular ou CCP. Iniciou-se um processo de discussão do assunto junto ao colegiado de Curso, no qual foi rapidamente aprovada a criação da comissão. Decidiu-se que esta comissão funcionaria como órgão consultivo do colegiado para tratar do projeto pedagógico do Curso.

### **3.2 Composição e funcionamento da CCP**

A CCP manteve a mesma composição da comissão que elaborou o PPP. Basicamente ela deve representar as diversas áreas que compõem o Curso. Ela é composta pelo coordenador do Curso, o vice-coordenador do Curso professores representantes das áreas de conhecimento do Curso.

A comissão iniciou seus trabalhos através de reuniões semanais. Um regulamento provisório foi submetido ao colegiado e aprovado. O regulamento estabeleceu o prazo de cinco anos como condição mínima para permitir a inclusão de um professor em seu quadro.

Na prática, salvo algumas exceções, os mesmos professores que participaram da comissão provisória, passaram a integrar a primeira CCP do Curso.

Decidiu-se também que a CCP iria funcionar utilizando a forma de relatoria de processos, para atender a demandas surgidas nas reuniões. As reuniões são documentadas através de atas que são divulgadas a todos os interessados na página do Curso.

### **3.3 Objetivos da CCP**

No regulamento aprovado, a CCP é um organismo consultivo do Colegiado do Curso cujos objetivos são:

Analisar, propor e avaliar permanentemente o Projeto Político Pedagógico do Curso.

Estabelecer os critérios filosóficos e pedagógicos do Curso.

Entende-se, com esta formulação, que a CCP é um organismo especializado nas questões pedagógicas do Curso. Cabe a ela determinar a filosofia de ensino e a escolha da pedagogia aplicada no Curso. Cabe a ela avaliar, e também acompanhar e sugerir modificações no processo de ensino aprendizagem. Esta tarefa era feita no passado, mas não de forma organizada, não formalmente. Dependia de circunstâncias especiais e de iniciativas isoladas. Em geral os coordenadores de Curso, ocupados com amplo espectro de tarefas não podem atender em profundidade a todos os problemas, principalmente questões pedagógicas de longo prazo.

### **3.4 A CCP em ação**

Apesar do seu pouco tempo de existência a CCP já realizou diversas ações importantes. A meta mais importante da CCP é a preparação de um novo projeto pedagógico, uma vez que o atual é uma espécie de radiografia da situação atual. Entretanto, os trabalhos ainda sofrem uma certa lentidão. As primeiras reuniões foram tomadas com a discussão do estudo de uma proposta de regulamento para o seu funcionamento. Este regulamento foi submetido ao Colegiado de Curso e aprovado. Em seguida tomaram conta da comissão problemas emergenciais do currículo atual. No diagnóstico do Curso estabelecido no PPP estes problemas já haviam sido apontados. Este fato realça a importância da existência desta comissão, pois antes dela não havia fórum especializado para encaminhamento dos problemas do Curso, exceto através do coordenador. Alguns desses problemas já existiam à muito tempo no Curso sem que fossem tratados adequadamente. Na formulação curricular tradicional, a ausência de mecanismos adequados faz com que muitos problemas fiquem esquecidos ou colocados em um plano secundário. Muitas vezes, decisões são tomadas dentre um pequeno grupo de professores, sem que se consultem outras áreas do Curso, gerando problemas no futuro. Com a existência da CCP, os problemas são encaminhados e avaliados de forma conjunta, a responsabilidade pelas decisões passa a não depender apenas do coordenador do Curso, mas fica distribuída entre um grupo representativo. Após uma revisão curricular, não existindo mecanismos de acompanhamento do currículo pode gerar situações de descontrole do processo, tal como modificação de ementas etc.

#### ***Questões urgentes***

Um dos principais problemas dizia respeito ao andamento das disciplinas da Área de Conhecimento de Computação. Nomeado um relator para a área verificou-se que as disciplinas previstas para esta área tinham diversas distorções, tais repetições ou alterações de ementas e/ou conteúdos. Imediatamente a comissão sugeriu correções a serem implementadas imediatamente no semestre letivo seguinte. Esta análise indicou também que o currículo já precisa ser modificado em sua estrutura.

Outro problema emergencial importante analisado pela CCP diz respeito a necessidade de regulamentar as áreas de conhecimento do Curso. Cada área oferecia um grupo de disciplinas optativas para o estudante, visando um certo aprofundamento em determinada área. Havia entretanto problemas de organização na oferta destas disciplinas, e não se estava conseguindo o objetivo de organizar estas áreas. Em conjunto com o colegiado de Curso a CCP discutiu um regulamento para estas áreas.

### ***Formulário de acompanhamento e avaliação***

Quando se fala de falta de mecanismos de controle do Curso, existem no Curso dois documentos importantes, conhecido como plano de ensino e plano de aula. Estes documentos são elaborados pelos professores no início do semestre, mas sua execução não é analisada durante ou ao final de um semestre. Além disso, uma mesma disciplina, pode ser desenvolvida de forma muito diversa por dois professores diferentes, mesmo que os planos sejam muito parecidos.

Com preocupação de melhorar os mecanismos de planejamento das disciplinas, a comissão curricular resolveu fazer uma tentativa de adotar um modelo de plano de acompanhamento e avaliação de disciplina. Um formulário deste tipo é usado em disciplinas de Universidade nos EUA, no formato da ABET (“*Assessment Sheets*”). Um exemplo com modelo para este tipo de formulário pode ser encontrado na página oficial da *University of Columbia* (2003) para uma disciplina com código EC100. Este formulário apresenta 7 colunas divididas em:

- 1) Resultados ou objetivos finais a serem atingidos pelos alunos ao final da disciplina;
- 2) Indicadores de desempenho;
- 3) Estratégias ou ações;
- 4) Método de Avaliação e métricas;
- 5) Processo de avaliação da disciplina;
- 6) Processo de realimentação da disciplina;
- 7) Competências e habilidades do engenheiro;

Os cinco primeiros tópicos podem ser considerados como geradores de ações internas da disciplina.

No primeiro item, o professor deve expressar quais os resultados que pretende alcançar na disciplina. Nesta coluna do formulário o professor deve expor claramente os resultados esperados da disciplina. Esta formulação é mais abrangente do que nos planos de ensino, que se constituem em uma lista de conteúdos dividida no tempo. Neste caso, pode-se evitar que enfoques muito diferenciados ocorram quando se troca de professor em uma disciplina.

No segundo item, o professor deverá indicar de que forma os estudantes irão demonstrar que alcançaram os objetivos ou resultados propostos na disciplina.

O terceiro item envolve as estratégias que serão usadas para se alcançar os objetivos, tais como aulas expositivas, atividades em grupo, ou projetos.

Os passos até aqui podem ser considerados internos ao desenvolvimento da disciplina. No passo seguinte, o quinto item da lista, o professor faz uma avaliação da sua disciplina, por exemplo, verificando as médias da turma.

Em seguida, no sexto item, o professor faz uma realimentação dos resultados da sua disciplina revendo o seu próprio planejamento e também realimentando o Curso como um todo. Aqui pode, por exemplo, prever o envio dos resultados para a CCP ou coordenador do Curso.

No último item ou coluna do formulário são indicadas as competências e habilidades a serem desenvolvidas na disciplina.

A CCP entendeu que este tipo de formulário poderia vir de encontro às diretrizes curriculares, pois neste tipo de formulário se estabelecem claramente as competências desenvolvidas na disciplina, e também existem no formulário mecanismos de acompanhamento e avaliação contínua do processo.

Entendendo que havia necessidade de se estudar melhor o assunto, a CCP autorizou a realização de uma experiência piloto, na qual se faria uma experiência de configurar uma disciplina do Curso utilizando a ficha de acompanhamento e avaliação. Este projeto está sendo executado no 1º semestre letivo de 2004, e seus resultados serão comunicados à CCP para análise, e no caso de ser adotada no Curso, serem promovidas atividades de treinamento e apoio para sua implantação em todas as disciplinas do Curso.

### ***Programas de Aprendizagem***

Visto na sua forma mais tradicional, um currículo de engenharia está logicamente dividido em um enorme conjunto de disciplinas. Esta divisão está sendo reavaliada atualmente nas diretrizes curriculares, pois ali estão sugeridas atividades integradoras. São constantes as reclamações sobre falta ou falha de pré-requisitos. Quem não ouviu um colega comentando que os estudantes não conseguem entender determinado conteúdo por falta do conceito básico anterior? Em alguns casos, os professores acabam usando o tempo da sua disciplina para revisar conceitos de outras. E as sobreposições de conteúdos? Volta e meio são flagradas disciplinas iguais com repetições desnecessárias de conteúdos. Se voltarmos nosso olhar para a integração entre as áreas básicas do Curso e as específicas, constataremos também muitas dificuldades. Mesmo nas disciplinas que caracterizam Áreas de conhecimento do Curso existe falta de integração. Que dizer então de problemas multidisciplinares, que envolvam conhecimentos de áreas distintas?

A preocupação sobre atividades integradoras foi especialmente enfatizada durante as discussões travadas no PPP. O projeto final de Curso é uma atividade integradora considerada com bem sucedida, especialmente dentro da filosofia em que está sendo implementada no Curso, conforme se pode verificar em Dergint (2003). Entretanto, deseja-se pensar em outras atividades integradoras para o Curso. Pode-se pensar na integração não só interna, entre disciplinas ou áreas, mas também de uma integração mais ampla, com o contexto produtivo, com a sociedade. Isto conduz a uma preocupação em integrar e contextualizar os processos.

Apesar de desejável, integração e contextualização não podem se tornar mero discursos, mas é recomendável que se transformem em processos, que disponham de mecanismos estruturados e regulamentados, para que realmente façam parte da práxis da vida acadêmica.

Como o objetivo de inovar no processo de integração, de experimentar, e aproveitando a estrutura existente no Curso em Áreas de conhecimento, caracterizadas por grupos de professores em áreas afins surgiu a idéia de se elaborar um programa de aprendizagem – PA, inicialmente a ser aplicado dentro do currículo para uma área de conhecimento do Curso.

O Curso possui 6 Áreas de Conhecimento específica, sendo que a o grupo de professores da área de Telecomunicações foi escolhido para realizar uma experiência piloto de um programa de aprendizagem.

O que seria um programa de aprendizagem, afinal? Apesar de não haver uma idéia precisa sobre este programa, a idéia inicial é de que é um PA deve se constituir em um conjunto das atividades curriculares a serem propostas por uma equipe multidisciplinar de professores, capazes de conduzir a uma visão integrada dentro de uma ou mais áreas ou assuntos do curso.

Com o objetivo de se estudar a criação de um PA, a Comissão Curricular resolveu designar os grupo de professores da área de concentração em Comunicações do curso para realizar uma experiência piloto. Esta seria também uma forma de resolver um problema

constatado no diagnóstico do curso, da falta de integração dentro das áreas, principalmente com a escolha das disciplinas optativas.

Reunidos os professores do grupo de Telecomunicações, tendo como objetivo criar um PA para a área, surgiram duas idéias básicas: para dar uma visão geral da área, seriam criadas duas disciplinas semestrais, à partir do 7º período do curso, com 1 crédito, na qual o estudante deveria participar de atividades como palestras, visitas, seminários, congressos, etc. A outra medida seria que se procurasse integrar o planejamento das disciplinas da área, criando atividades e projetos comuns envolvendo várias disciplinas. Esta medida foi considerada mais difícil de ser implementada, sendo que melhor maneira para se realizar esta integração está sendo estudada pelo grupo. Uma solução poderia estar na criação de disciplinas integradas dentro do currículo, que sejam conduzidas por uma equipe multidisciplinar de professores. No futuro esta idéia poderia se estender além das áreas de concentração para o todo o curso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABET – Accreditation Board for Engineering and Technology, inc. Disponível no site: <http://www.abet.org>. Consulta em 2003.

COLUMBIA UNIVERSITY – Página oficial da University of Columbia. Disponível em <http://www.eas.asu.edu/~ec2000/pdf%20files/ece%20courses/ECE100.pdf>. Acesso em julho de 2003.

DERGINT, D.E.A.; SOVIERSOSKI, M. Desenvolvimento de Competências para Geração de Inovações em Engenharia Elétrica – Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia 2003.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA INDUSTRIAL ELÉTRICA, ÊNFASE ELETRÔNICA/TELECOMUNICAÇÕES. Curso de Engenharia Industrial Elétrica ênfase Eletrônica/Telecomunicações do CEFET-PR. Disponível no site: <http://www.cefetpr.br/deptos/cursos/engenharia>. Agosto de 2003..

RELATÓRIO FINAL, CONFERÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DO FUTURO, POLI-2015. Escola Politécnica da USP, Novembro de 2002.

ROCHA, L. ; MACHADO N., V. Construção do projeto político pedagógico para a engenharia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA. *Anais*. Rio de Janeiro, 2003.

## PERMANENT CURRICULAR COMITEE IN ENGINEERING COURSES

***Abstract:** During the process for the elaboration of the Political and Pedagogical Plan for the Electrical Engineering Course of the Federal Center for the Technological Education of Paraná State – CEFET-PR – unit of Curitiba – the comitee in charge of this task came to conclusion that, in order to fulfill all the needs stated in the new government curricular directives for the engineering curricula, it would be necessary to create a Permanent Curricular Comitee. This article describes the facts in the pedagogical plan that conducted to the conclusion of the creation of the Comitee. Finally, the article describes the most important*



*results of this comission up to this date, with the hope that this experience could inspirate other similar initiatives.*

***Key-words:*** *Pedagogical plan, engineering curriculum , curricular comission*